

O último janíزارo

PODER Bastião carioca do lavajatismo, Marcelo Bretas substitui as mãos pelos pés ao atacar a advocacia e seus pares

POR RODRIGO MARTINS

Nos últimos dias, um factoide ressoou no noticiário político: seria Marcelo Bretas o juiz “terrivelmente evangélico” que Jair Bolsonaro tentaria emplacar no Supremo Tribunal Federal? De acordo com a CNN Brasil, aliados fariam *lobby* para o presidente indicar o magistrado para a vaga deixada pelo ministro Celso de Mello, que se aposenta em outubro. Coube a Bela Megale, colunista do jornal *O Globo*, jogar água no chope da turma. Segundo ela, o presidente disse a auxiliares que o responsável pela Lava Jato no Rio de Janeiro não tem chances, “a não ser que ocorra uma revolução”. Ao cabo, o ex-capitão comunicou a ministros a intenção de nomear o piauiense Kassio Nunes Marques, desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que não é evangélico, mas terrivelmente católico. Isso se não for mais um balão de ensaio.

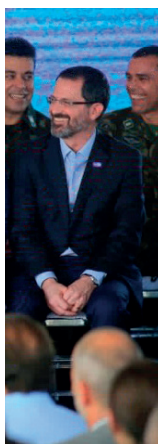
Após a indigesta experiência com Sérgio Moro no Ministério da Justiça, Bolsonaro parece ter colocado as barbas de molho em relação aos paladinos do combate à corrupção. Ademais, que benefício o presidente teria em incensar um magistrado que acaba de comprar briga com integrantes de cortes superiores, arrastados por Bretas para o epicentro de um suposto esquema de tráfico de

influência e venda de sentenças? Na tentativa de adiar o enterro da Lava Jato, após o afastamento de Deltan Dallagnol da força-tarefa de Curitiba e a demissão coletiva dos procuradores de São Paulo, o magistrado lançou um ataque sem precedentes contra a advocacia brasileira, visando atingir um dos principais críticos dos métodos lavajatistas: o advogado Cristiano Zanin, defensor de Lula.

Na ocasião, a Polícia Federal deflagrou uma megaoperação para investigar um suposto esquema de tráfico de influência no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal de Contas da União, alimentado com recursos desviados do Sistema S. Bretas autorizou 50 mandados de busca e apreensão no endereço de suspeitos, em escritórios de advocacia e

O magistrado devassou casas de desembargadores e **usurpou a competência** de cortes superiores





Militância.

Bolsonaro, general Heleno, Crivella, Witzel... Bretas não perde a oportunidade de subir no palanque

outras empresas investigadas por estimados desvios de 151 milhões de reais das seções fluminenses do Sesc, do Senac e da Fecomercio. A operação atingiu Frederick Wassef, ex-defensor da família Bolsonaro, e Ana Tereza Basílio, que defende o governador afastado do Rio, Wilson Witzel. Mera distração. Os principais alvos, não restam dúvidas, são Zanin e o seu sócio, Roberto Teixeira, acusados de liderar o esquema.

De acordo com o Ministério Público Federal, o Sesc, o Senac e a Fecomercio gastaram vultosas quantias em contratos com escritórios de advocacia, mas os serviços declarados não eram prestados, a despeito dos “elevados honorários” cobrados. A origem da investigação foi a delação premiada de Orlando Diniz, ex-presidente das entidades, mas a operação está eivada de irregularidades, a começar pelo flagrante direcionamento das respostas do delator no depoimento ao Ministério Público Federal.

Em certo momento, Diniz diz que os contratos fechados com o escritório de Zanin foram “legais”. A procuradora Renata Ribeiro Baptista parece não gostar do que ouve e o corrige: “Foram formais, mas ilegais”. Em outro ponto, o delator cede novamente à pressão: “Fica a seu critério”. Os vídeos revelam que o ex-presidente da Fecomercio discordou de várias passagens do depoimento e tentou corrigi-las, mas os procuradores desconversavam. “A gente detalha isso nos anexos.” Há tempos o empresário era pressionado pela força-tarefa da Lava Jato para implicar o advogado de Lula, como indica uma nota publicada pela coluna Radar, da revista *Veja*, em 20 de janeiro de 2019: “Recheada de nomes do Judiciário, a delação de Orlando Diniz avança firme no MP. Os procuradores só não entendem a proteção que o ex-presidente da Fecomercio faz de Cristiano Zanin”.

REDES SOCIAIS, CUSTÓDIO COIMBRA / AGÊNCIA O GLOBO



Direcionamento. A procuradora Renata Ribeiro Baptista decidiu “corrigir” as declarações do delator

O advogado é acusado de receber 68 milhões de reais, ao longo de seis anos, para comprar uma “solução política” que garantisse a permanência de Diniz no comando da Fecomercio do Rio, uma vez que a Confederação Nacional do Comércio tentou intervir na representação estadual para demovê-lo do cargo. A *CartaCapital*, Zanin negou as acusações e apresentou o laudo de uma auditoria independente a detalhar os serviços prestados por seu escritório. Segundo o documento, o litígio consumiu 12,4 mil horas de trabalho de 77 profissionais, responsáveis pela elaboração de mais de 1,4 mil petições. “Como atuamos de longa data para empresas e fundos de investimento que exigem elevado rigor em *compliance*, nosso escritório trabalha há muito tempo com um minucioso sistema de controle das suas atividades”, explica Zanin. “Cada petição ou documento está arquivado no nosso sistema com a identificação do advogado ou profissional do Direito que o redigiu, o tempo gasto, a fatura correspondente ao cliente, o pagamento dos honorários, a contabilização e o pagamento dos impostos. Importante ressaltar que em nenhum momento o Ministério Público Federal nos solicitou esclarecimentos.”

Zanin se diz alvo de uma perseguição política, e sobram elementos para reforçar tal convicção. Na quinta-feira 17, o Órgão Especial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região aplicou pena de censura a Bretas, após o juiz ter participado da inauguração de uma obra pública e de um evento religioso ao lado de Bolsonaro e do prefeito carioca, Marcelo Crivella. Relator do caso, o desembargador Ivan Athié enfatizou que a presença



do magistrado era absolutamente dispensável. “Não há nada que justifique, senão a intenção de superexposição e autopromoção, subir em palanque de obra pública com o presidente da República em situação que nada tem a ver com o



Expectativa. Zanin aposta na anulação da operação

Judiciário”, afirmou Athié. Com a punição, Bretas não poderá ser promovido por um ano.

O juiz federal nunca escondeu a simpatia pela família que hoje ocupa o Palácio do Planalto. Em 2018, usou o Twitter para parabenizar Flávio Bolsonaro, o filho 01 do presidente, pela vitória na eleição para o Senado. Da mesma forma, figurou em animados encontros com o general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, o general Braga Neto, chefe da Casa Civil, e o governador fluminense, Wilson Witzel – antes que ele se tornasse um desafeto do presidente, claro. Além disso, Luciana Pires, a advogada que assistiu Diniz na delação, é uma das defensoras de Flávio Bolsonaro. Foi ela quem conseguiu assegurar ao senador o direito ao foro privilegiado, decisão da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio, com voto decisivo do desembargador Paulo Rangel, amigo de Bretas e frequentador do mesmo clube de tiro.

A recente devassa nos escritórios de advocacia e a fragilidade das denúncias escandalizaram o mundo jurídico.



“A operação denominada ‘Esquema S’ ocorreu, de forma estranha e surpreendente, no mesmo dia do recebimento da denúncia pelo juiz Bretas. Significa que o Ministério Público decidiu denunciar antes e buscar provas depois. E que o juiz aceitou a denúncia antes de saber se existem provas”, observou a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia. “Por outro lado, seria ingênuo crer em uma enorme coincidência que a operação atinja escritórios de advogados que fazem a defesa de políticos desafetos do atual presidente.”

Na verdade, a operação também atingiu desafetos de Bretas. Um dos alvos da operação é o advogado Eduardo Martins, acusado de receber cerca de 80 milhões de reais da Fecomercio do Rio para influenciar decisões de ministros do STJ. O investigado é filho de Humberto Martins, presidente da Corte. À época em que era corregedor nacional de Justiça, o desembargador determinou a abertura do processo administrativo contra Bretas, pela sua atividade político-partidária. A sindicância, por sinal, foi solicitada pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, acusado de pedir dinheiro “em espécie” para sua campanha à reeleição da OAB do Rio em 2014.

Bretas determinou o bloqueio de mais de 1 bilhão de reais em bens dos suspeitos, embora a operação investigue o suposto desvio de 151 milhões de reais. O magistrado é mesmo ruim de conta. Embora o escritório de Zanin tenha recebido 68 milhões de reais da Fecomercio do Rio ao longo de seis anos, Bretas pediu o bloqueio de 237 milhões. “Na desesperada tentativa de criar manchetes e produzir efeitos políticos, o juiz fez uma descabido somatório de valores de diferentes escritórios de advocacia e ainda adicionou exorbitante valor a título de ‘dano moral’, que ele mesmo estipulou, um absurdo”, rebate o advogado. “Não



tenho esse valor, embora pudesse ter, pois a minha atuação sempre foi na advocacia privada.”

Bretas também usurpou a competência do Superior Tribunal de Justiça ao ordenar o cumprimento de mandados de busca e apreensão na residência de desembargadores, que possuem foro privilegiado. Um dos atingidos é Hermann de Almeida Melo, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Agentes da PF também vasculharam a casa da advogada Ana Basílio, casada com o desembargador André Fontes, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Ainda que o magistrado não fosse alvo direto da

Bretas determinou o bloqueio de 1 bilhão de reais em bens dos investigados, mas o desvio de fato é de 151 milhões

Com ele. Caberá a Mendes a decisão de referendar ou dar um basta aos abusos da Lava Jato

investigação, seu lar só poderia ser visitado com o aval do STJ, protestou a Associação Nacional dos Desembargadores. “A conduta não pode passar em branco, sob pena da incidência daquela velha e conhecida parábola sobre a leniência e omissão do proprietário da casa diante de seus ‘visitantes’. Entram no jardim para lhes furtar as rosas e nada é feito, depois...”, diz a nota de repúdio, assinada pelo presidente da entidade, Marcelo Buhatem.

Na verdade, a competência para eventual processo relacionado ao tema nem sequer é da Justiça Federal. “A Fecomercio do Rio é instituição privada que representa mais de 320 mil estabelecimentos, que respondem por dois terços da economia daquele estado. Portanto, a relação do nosso escritório com a entidade nem sequer deveria ser sindicada pelo Ministério Público ou por qualquer órgão de Justiça”, afirma Zanin. “Agora, se fosse possível cogitar o uso de qualquer recurso do Sistema S, o que não é o caso, porque fomos contratados pela Fecomercio, uma entidade privada, ainda assim a competência seria da Justiça Estadual.”

Provocado pela OAB e por advogados atingidos pela devassa, o ministro Gilmar Mendes, do STF, concedeu prazo de cinco dias para Bretas esclarecer suas decisões. Como o processo corre sob sigilo, ainda não se sabe o teor das respostas do magistrado. Zanin aposta na anulação da operação, com insanáveis vícios de ilegalidade. “Ela violou algumas das regras mais basilares do Direito. Além disso, Bretas usurpou a competência das cortes superiores. Por isso, tenho sim, a expectativa da declaração de nulidade no bojo da reclamação que ajuizei.” •